

PROMESSA DE COMPRA E VENDA

OUTORGA DE ESCRITURA

ART. 1070/CPC — RESERVA DE DOMÍNIO - COMPRA E VENDA - BUSCA E APREENSÃO

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE, (qualificação), portador da Cédula de Identidade/RG nº, domiciliado e residente na Cidade de, Estado do, na Rua nº, por seu advogado e bastante procurador adiante assinado, "ut" incluso instrumento particular de mandato (doc.), com escritório profissional na Rua nº, onde recebe intimações e notificações, na Cidade de, Estado do, vem, a presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 1.070/1.071 do Código de Processo Civil e Decreto-Lei nº 911 de 1º de outubro de 1969, propor contra, (qualificação), domiciliado e residente na Cidade de, Estado do, a presente AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE VENDA A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO requerendo e alegando o quanto se segue: 1º) - Que, por escrito particular (doc.), obrigou-se o Requerente a vender para o Sr., e este a comprar "Um (01) trator, modelo, de cilindros c/ CV, combustível, equipado c/ sistema hidráulico, c/ pneus dianteiros e traseiros, série:, motor, ano, adquirido no dia de de na empresa, da cidade de, pela nota fiscal - série, número, adquirido do Sr., sem reserva de domínio na cidade de, Estado", mediante as cláusulas e condições previstas no aludido contrato de compra e venda com reserva de domínio, que ora exhibe, revestido de todas as formalidades legais, que fica fazendo parte integrante desta petição. 2º) - Que, do descrito aludido verifica-se: a) Que o compromisso de compra e venda operou-se com a cláusula de "reserva de domínio" até que o promitente comprador efetuasse o pagamento integral do preço. b) Que, no dia de de, a venda foi feita pelo preço de R\$ (....), obrigando-se o comprador através de dois (02) cheques por ele sacados contra o Banco, agência de, Estado, sendo o primeiro sob o nº, já recebido no dia de de, no valor de R\$ (....) e outro cheque sob o nº, no valor de R\$ (....), para o dia de de, ainda não pago, devolvido pelo Banco sacado por insuficiência de fundos, conforme se prova pelos carimbos em seu verso e devidamente protestado, conforme se prova pelo instrumento de protesto incluso (docs.). 3º) - Que, o promitente vendedor, ora Requerente, transferiu no ato da assinatura do contrato, ao promitente comprador, ora Requerido, a posse provisória do referido trator, assim como os seus acessórios, posse essa que cessaria, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extra-judicial, no caso do promitente comprador deixar de pagar no prazo devido, qualquer dos dois cheques representativos do preço, considerando o contrato rescindido de pleno direito, pelo que, verificada esta hipótese, o promitente comprador estaria obrigado, na forma da lei, a restituir ao vendedor o objeto aludido e seus acessórios, ou a pagar o preço com juros e corrigido monetariamente e, mais, a ressarcir ao vendedor das despesas de custas processuais e honorários advocatícios, além, ainda, de submeter-se a depreciação de 30% (trinta) por cento, pela transferência, uso e depreciação da coisa; 4º) - Que, o promitente comprador efetuou, somente, o pagamento do dia de de, na importância de R\$ (....), restando, portanto, a pagar a quantia de R\$ (....), com os acréscimos de juros e correção monetária, que o comprador se recusa a liquidar, conforme cheque e instrumento de protesto incluso. 5º) - Que, incidindo o comprador em mora, pela falta de pagamento em mais de 70% (setenta por cento) do seu preço, comprovado que está pelo aludido contrato e pelo cheque protestado por falta de pagamento, o mencionado contrato está rescindido e capacitado o vendedor, para, na conformidade do artigo 506 do Código Civil e, ainda, nos termos da cláusula 5ª do mesmo contrato, exigir a rescisão contratual e a conseqüente reintegração de posse da coisa prometida a venda. À vista do exposto, requer o Autor a Vossa Excelência, de acordo com os mencionados dispositivos legais, especialmente o artigo 1.071, §§ 1º e 4º, do Código de Processo Civil: a) Prévias

apreensão, com a necessária busca e depósito judicial da coisa vendida, independentemente de audiência do comprador, busca esta que deverá ser feita onde estiver o objeto vendido, por ser o trator, um instrumento de trabalho de incerta e difícil